

INTRODUÇÃO

AS PROMESSAS DA HISTÓRIA COMPARADA DAS MULHERES

Anne Cova

Este volume pretende abrir novas perspectivas sobre a escrita da História comparada das mulheres. Procura examinar as promessas que tal empreendimento encerra sob pontos de vista diferenciados, ao mesmo tempo que confronta as dificuldades que se lhe deparam. O ponto de partida e cerne deste livro é a questão: Como escrever uma História comparada das mulheres? Quatro proeminentes historiadoras americanas aceitaram o desafio de contribuir para este debate, e exploram as frutuosas contribuições da História das mulheres para a História comparada, centrando-se na Europa e Estados Unidos, desde o século XVIII até ao século XX.

O título inicial foi alterado para dar ênfase à “História comparada das mulheres”. É uma escolha editorial que sugere a necessidade de comparação e de focagem na História das mulheres. Outras possibilidades – história cruzada, história transnacional, *transfer history* e *histoire croisée* – foram propositadamente omitidas¹. O presente volume não discute os significados contidos nestes rótulos. Como argumenta Ann Taylor Allen, a História comparada e a História transnacional são complementares e não antagónicas, e “reforçam-se mutuamente de muitas formas.” A coordenadora deste volume partilha do ponto de vista que, ao seu melhor nível, seguem uma idêntica direcção. O mesmo se pode dizer da História das mulheres e da História do género². Tem-se assistido à produção de uma grande quantidade de trabalhos de investigação sob este tipo de designações e outras ainda, mas o que importa é o resultado obtido. Como afirma Bonnie S. Anderson: a História das mulheres “é essencial para uma correcta compreensão da História em geral.” Karen Offen faz a mesma alegação quando reflecte sobre a forma “como a História tem sido escrita, e como deverá passar a sê-lo daqui para a frente”, enquanto

noutra obra Alain Corbin sustenta que, “a História das mulheres é uma das mais fascinantes tentativas de inovação da disciplina”³. Embora a presente coordenadora tenha preferência pela expressão “História das mulheres”, é importante referir aqueles trabalhos que têm sido conduzidos sob outras designações. “Novas abordagens” sugere que a globalização exige o desenvolvimento de novas perspectivas na História comparada das mulheres, que permitam melhorar a nossa compreensão do passado, e rescrever uma História comparada que inclua as mulheres. É bastante revelador que nos melhores exemplos de livros recentes sobre a escrita da História encontremos, quanto muito, um capítulo dedicado à História comparada, e outro à História das mulheres e/ou à História do género, mas nenhum sobre a História comparada das mulheres⁴. Se há vinte e cinco anos George M. Fredrickson podia escrever que “é claramente prematuro falar-se de uma historiografia comparada das mulheres”, este volume vem demonstrar que hoje em dia este campo de investigação goza de uma grande vitalidade⁵. Um dos propósitos deste livro é examinar os desenvolvimentos na escrita da História comparada das mulheres desde então.

Ao longo dos últimos quinze anos, algumas das mais prestigiadas revistas de História têm vindo a dedicar um número cada vez maior de páginas aos trabalhos de contextualização comparada. Em 1991, a revista *The American Historical Review* manteve um fórum sobre História transnacional e, em 2003, apareceu um ensaio sobre *Histoire croisée* nos *Annales*⁶. Embora estes esforços continuem a ser relativamente limitados e sejam recentes, são contudo significativos, na medida em que salientam a crescente importância de se adoptar uma perspectiva comparada. Há muitos anos que *Comparative Studies in Society and History* tem funcionado como um fórum internacional de História comparada e da investigação multidisciplinar⁷. Publicações que se dedicam à História das mulheres e à História do género/estudos do género e sobre as mulheres, tais como: *Gender and History*; *Journal of Women's History*; *Women's History Review*; *Feminist Studies*; *Signs: Journal of Women in Culture and Society*; e *Women's Studies International Forum*, também são sensíveis à abordagem comparada.

No entanto, continua a ser um facto largamente reconhecido que a maioria da(o)s historiadora(e)s ainda desconfia das comparações. Muita(o)s consideram-se especialistas vinculada(o)s a um país. Como Bonnie S. Anderson faz notar, “como especialistas nacionais, nós a(o)s europeístas temos tendência a limitar-nos à História de uma única sociedade.” Ann Taylor Allen partilha desta opinião, afirmando que “A maior parte da(o)s historiador(a)es ainda são formad(a)os em História nacional, e a maior parte das publicações de História e das conferências ainda são orientadas para a História de uma nação.” Aquela(e)s que se aventuram na História compa-

rada geralmente escolhem no máximo dois países, para poderem fazer uma investigação aprofundada sobre ambos. Não é mera casualidade que seja uma socióloga (Theda Skocpol) e não um(a) historiador(a), a afirmar que “a investigação histórica comparada conseguiu, com sucesso, estabelecer generalizações válidas sobre muitos fenômenos de grande importância, sem ignorar as particularidades contextuais.”⁸

De acordo com algun(ma)s especialistas da História comparada, certos campos da História são mais abertos a comparações. Isto é particularmente verdadeiro no caso da História política e social e da História da cultura⁹. Embora hoje em dia seja mais frequente o estudo da História comparada, não é feito com a mesma convicção em todos os sítios. Os Estados Unidos, Alemanha, e os países escandinavos são mais receptivos à História comparada, do que por exemplo a França ou os países do Sul da Europa, o que talvez ponha em evidência a existência de uma divisão norte/sul. Em França, onde existe uma grande preocupação com a singularidade nacional, o desenvolvimento de uma História comparada tem sido particularmente pouco auspicioso¹⁰.

Será que estas considerações gerais sobre a História comparada se aplicam à História comparada das mulheres? Em primeiro lugar, como Ann Taylor Allen e Susan Pedersen argumentam neste livro, parece existir um consenso sobre as afinidades entre a História das mulheres e o método da História comparada. Existe, sem dúvida, um terreno comum a ambas. Isso não significa que a(o)s acadêmica(o)s da História das mulheres sejam menos relutantes a comparações. Como Susan Pedersen salienta, o número de acadêmica(o)s da História das mulheres a conduzir investigações comparativas é ainda limitado; contudo, essa minoria inclui algun(ma)s historiadora(e)s de renome, muita(o)s dos quais são americana(o)s, sobretudo porque foi lá que apareceram a História das mulheres/História do gênero e os estudos sobre as mulheres e do gênero, e foi lá que se espalharam e desenvolveram mais rapidamente¹¹. Os argumentos teóricos, tais como o famoso conceito de Joan W. Scott sobre o gênero como uma categoria de análise histórica, são frequentemente debatidos nos Estados Unidos antes de se chegar a outros países¹². Além disso, encontramos em muitas revistas americanas um debate teórico menos presente nas suas congêneres europeias. Bonnie G. Smith mostrou que no campo da História, as práticas e definição desta disciplina nos Estados Unidos, foram moldadas pelo gênero¹³.

Fazendo uma breve análise sobre o estado da arte na História comparada das mulheres e/ou História transnacional, o livro de Gisela Bock, *Women in European History*, é um brilhante *tour de force* no qual uma autora consegue, sozinha, cobrir todo o período desde a Idade Média até aos nossos dias¹⁴. Este livro foi publicado na prestigiada série de Jacques Le Goff,

“The Making of Europe”, que é o resultado de uma colaboração única entre cinco editoras: Beck na Alemanha; Blackwell no Reino Unido e Estados Unidos; Crítica em Espanha; Laterza em Itália; e Le Seuil em França. Gisela Bock é uma historiadora de renome e coordenou, com Pat Thane, um livro sobre as mulheres e os Estados-providência, onde analisa a influência dos movimentos feministas sobre a emergência dos Estados-providência na Europa, entre 1880 e 1950¹⁵.

De entre as investigações sobre a História das mulheres na longa duração da Europa Ocidental, convém referir o impressionante volume de Olwen Hufton, *The Prospect Before Her*, que cobre o período entre 1500 e 1800¹⁶. Encontramos também de Bonnie S. Anderson e Judith P. Zinsser, o estudo seminal em dois volumes, *A History of Their Own: Women in Europe from Prehistory to the Present*¹⁷. Outros trabalhos clássicos sobre as mulheres na longa duração da História europeia incluem: *Becoming Visible: Women in European History*, e *Connecting Spheres: European Women in a Globalizing World, 1500 to the Present*¹⁸.

Georges Duby e Michelle Perrot foram responsáveis pela coordenação geral da *História das mulheres no Ocidente*, da Antiguidade aos nossos dias, uma iniciativa que partiu da editora italiana Laterza¹⁹. O resultado foi a participação de sessenta e oito estudiosos(as) e de uma ou duas coordenadoras para cada um dos cinco volumes, representando uma síntese de toda a investigação feita nos últimos vinte anos. Numa nova introdução ao volume sobre o século xx, Françoise Thébaud sublinha que a *História das mulheres no Ocidente* foi particularmente sensível à abordagem comparada, e que vale a pena insistir: “na aposta numa História comparada, pelo menos numa História que faça uma análise cruzada com práticas e debates estrangeiros; a História das mulheres como um fenómeno internacional, tem beneficiado tanto de trocas interculturais. [...] Apesar dos seus objectivos comparativos, este volume dá ênfase à História das mulheres nos Estados Unidos (e talvez no Canadá) assim como das ‘grandes’ nações europeias: França, Alemanha, Grã-Bretanha, e em menor grau, Itália e Espanha, contribuindo só por si para a tradução, sob a direcção de Mary Nash, de sete contribuições numa ‘Perspectiva espanhola’”²⁰. Esta *mirada española* inclui sete novos capítulos dedicados sobretudo a Espanha, mas que também cobrem a Argentina, Brasil e México²¹. Na Itália, a *História das mulheres no Ocidente* “ajudou a introduzir os resultados do debate”²².

Christine Fauré, coordenadora da *Political and Historical Encyclopedia of Women* adopta uma perspectiva multidisciplinar que inclui antropologia, etnologia, história, filosofia, ciência política e sociologia. Na introdução, ela afirma que “a ideia de um trabalho internacional sobre as mulheres na política e na história tornou-se urgente e necessário, no seguimento da

actual redefinição dos conceitos de evento e acção. De facto, tal redefinição parece inseparável da tentativa de localizar, descrever e avaliar o papel das mulheres no movimento geral de transformação que tem marcado a nossa sociedade ocidental.”²³

Como foi referido acima, a(o)s estudiosa(o)s escandinava(o)s tendem a ser comparativa(o)s por formação, o que parece verificar-se também no que respeita à História das mulheres. Há já muitos anos que Ida Blom se envolveu numa História global das mulheres, e coordenou a publicação de vários livros, incluindo três volumes de uma História comparada das mulheres escandinavas²⁴. *Women's History in Global Perspective* é objecto de uma outra recente obra em três volumes dirigida por Bonnie G. Smith, com o intuito de “fazer uma pesquisa das mais recentes inovações sobre mulheres e género, na esperança de levar a(o)s professora(e)s de todos os níveis de ensino uma introdução prática aos novos dados, às questões históricas, e aos debates historiográficos de todas as regiões do mundo.”²⁵ Muitas das autoras destes ensaios são académicas pioneiras nesta área, incluindo Bonnie S. Anderson, Ellen Dubois, Alice Kessler-Harris, Asunción Lavrin e Judith P. Zinsser. *A Companion to Gender History*, que inclui mais de trinta contribuições, faz um levantamento da História das mulheres em todo o mundo²⁶.

O Estado-providência é um dos temas dos estudos comparados do género a que a(o)s historiadora(e)s têm dado recentemente muita atenção. Desde a publicação em 1991, do volume coordenado por Gisela Bock e Pat Thane sobre a emergência dos Estados-providência em sete países europeus (Alemanha, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Noruega e Suécia), têm proliferado os estudos nesta área²⁷. Embora todos eles se tenham debruçado sobre o género, não quer necessariamente dizer que todos estejam de acordo quanto ao seu impacto. Por exemplo, alguns acreditam que o Estado-providência reforça as desigualdades, enquanto outros salientam os seus aspectos reformadores. De igual modo, o termo “feminismo maternalista”, empregue por Gisela Bock, Seth Koven e Sonya Michel, e que pretende demonstrar que a estratégia maternalista, que consiste em transformar a função privada da maternidade numa função pública, foi adoptado por vários(a)s historiadore(a)s dos Estados-providência, mas o seu alcance tem dado origem a definições diferentes²⁸.

No seu estudo comparado sobre a Grã-Bretanha e a França (1914-1945), Susan Pedersen sugere uma análise interessante, argumentando que o modelo do “ganha-pão masculino”, construído em torno da ideia que a “família ideal” é encabeçada por um homem que aufer rendimentos, e constituída por uma mulher dependente e os filhos de ambos, é característico da Grã-Bretanha, enquanto em França prevalece o “Estado-providência parental”,

no qual não é automaticamente assumido que as mulheres são necessariamente dependentes e que os homens têm sempre famílias para sustentar²⁹. Susan Pedersen dedica também um espaço considerável a uma análise dos abonos de família. Neste aspecto, a França é pioneira, tendo começado este tipo de apoio em 1932, enquanto no Reino Unido os abonos de família não foram introduzidos senão em 1945. Na Alemanha começou a oferecer-se um tipo de apoio semelhante em 1935 (*Kinderbeihilfen*), em Itália em 1936 (*assegni familiari*), em Espanha em 1938 (*subsídio familiar*), em Portugal em 1942 (*abono de família*), na Noruega em 1946 (*barnetrygd*), na Suécia em 1947 (*allmänna barnbidrag*), e na Dinamarca em 1952 (*bornetilskud*)³⁰.

São sobretudo a(o)s historiadora(e)s americana(o)s e britânica(o)s como Jane Lewis, que tem escrito e coordenado numerosas publicações sobre o tema, que se inclinam por uma reflexão do debate acerca da influência das mulheres nas origens do Estado-providência³¹. Dentro dos trabalhos comparativos sobre o Estado-providência numa perspectiva de género, Miriam Cohen e Michael Hanagan publicaram um artigo que foca o período entre 1900 e 1940³². Noutro ensaio, Kathryn Kish Sklar sublinhou a necessidade de realizar estudos comparados³³. É também digno de referência o papel revitalizador protagonizado por determinadas revistas americanas, como *Social Politics: International Studies in Gender, State and Society* (que já existe há mais de dez anos). Isto mostra claramente que a questão das mulheres e o Estado-providência é relativamente recente, e que continua a permanecer no domínio da(o)s académica(o)s universitária(o)s americana(o)s, britânica(o)s e feministas³⁴. Vários *review articles* publicados desde então concordam com a necessidade de elaboração de uma abordagem de género ao Estado-providência³⁵. Como resultado, os estudos comparados que incluem o género floresceram, explorando tanto as diferenças como as semelhanças entre vários países, desde uma comparação dos modelos britânico e francês (p. ex. Susan Pedersen, Susan R. Grayzel), ou o caso francês e o seu homólogo americano (Alisa Klaus)³⁶. O modelo americano (sobretudo o Acto Sheppard-Towner de 1921 sobre maternidade e infância) serve também como ponto de referência e está na origem de estudos comparados com outras legislações a favor da maternidade, tal como a que vigorou na Nova Zelândia durante a primeira metade do século xx³⁷. Se a maioria dos estudos comparados se concentram em dois países, alguns outros tentam uma análise tripartida: França, Reino Unido e Estados Unidos (1830-1995), e Argentina, França e Estados Unidos (1880-1920), apenas para referir dois exemplos³⁸. O estudo comparativo sob a direcção de Valérie Fildes, Lara Marks e Hilary Marland foca-se na situação das mães nas ex-colónias britânicas, e tenta cobrir cinco continentes (África do Sul, Austrália, Birmânia, Canadá e Malásia), de 1870 a 1945³⁹. O trabalho de

Catherine Fouquet e Yvonne Knibiehler, *Histoire des mères du Moyen Age à nos jours*, é pioneiro na análise na longa duração. Ainda seguindo a mesma linha de investigação, Yvonne Knibiehler publicou vários livros sobre a maternidade no âmbito do contexto alargado do Ocidente⁴⁰.

Women, Work and Family, de Louise A. Tilly e Joan W. Scott, concentra-se na História do trabalho das mulheres em Inglaterra e em França de 1750 até à actualidade, e tornou-se desde então um clássico da História das mulheres⁴¹. A legislação elaborada para proteger as mulheres no local de trabalho na Europa, Estados Unidos e Austrália desde 1880 até 1920, é o tema de um volume coordenado por Ulla Wikander, Alice Kessler-Harris e Jane Lewis⁴².

Como em outros domínios, várias palavras acabadas em “ismos” – feminismos, fascismos, internacionalismos/nacionalismos, imperialismos/colonialismos, pacifismos, e socialismos – têm estado no cerne da História comparada das mulheres. Sobre “feminismos” no plural, como uma forma de expressar a variedade e pluralidade dos feminismos, o inovador *European Feminisms 1700-1950: A Political History*, de Karen Offen é o resultado de trinta anos de pesquisa de arquivos e bibliotecas por toda a Europa⁴³. Em vez de situar os feminismos na metáfora “aquática” – primeira vaga, segunda vaga, e por aí em diante – Karen Offen sugere em alternativa uma “metáfora geológica vulcânica para descrever a actividade histórica do feminismo. Falo de crosta dos sistemas patriarcais, de fissuras na crosta, de ‘fluxos’ de magma fundido, e até de erupções. [...] Como historiadora, interesse-me pelas situações contextuais [...] que permitem que estas fissuras se abram na crosta dos sistemas patriarcais, que deixam que o fluxo do magma do protesto feminista flua para a superfície, ou até que seja espectacularmente expelido.” Em 2004, no “Les Rendez-vous de l’histoire” dedicado às “Mulheres na História”, Jean-Noël Jeanneney também empregou esta útil metáfora geológica: “existem ciclos centenários, ciclos de decénios, e momentos superficiais que respondem a emoções e paixões efémeras, que desempenham um papel no desenrolar dos acontecimentos, mas que apenas podem ser entendidos se uma pessoa tiver em consideração forças muito mais profundas.”⁴⁴ “Feminismos” no plural é também o tema de *Le Siècle des féminismes*. Concentrando-se no século xx, este volume, elaborado sob orientação de uma equipa de historiadoras francófonas e que inclui mais de vinte e cinco autora(e)s de dez nacionalidades diferentes, apresenta a síntese de um século de lutas das mulheres⁴⁵. Sobre os feminismos, mas focando o tema numa perspectiva comparada, o último livro de Ann Taylor Allen, *Feminism and Motherhood in Western Europe: 1890-1970*, oferece uma História geral do tema⁴⁶.

Os movimentos de mulheres são, há já muitos anos, estudados comparativamente. Os trabalhos pioneiros de Richard Evans e Jane Rendall são

bem conhecidos⁴⁷. Desde então, tem sido dedicada muita investigação aos movimentos de mulheres numa perspectiva comparada. Os movimentos internacionais de mulheres são o tema da investigação de Bonnie S. Anderson em *Joyous Greetings: The First International Women's Movement, 1830-1860*⁴⁸. No livro *Worlds of Women: The Making of an International Women's Movements*, Leila J. Rupp realizou uma análise em profundidade das três maiores organizações transnacionais de mulheres – o International Council of Women (ICW, 1888), a International Woman Suffrage Alliance (IWSA, 1904), e a Women's International League for Peace and Freedom (WILPF, 1915) – desde o final do século XIX até à Segunda Guerra Mundial⁴⁹. Os movimentos de mulheres são o tema principal de estudo do último livro de Mary Nash, *Mujeres en el mundo: Historia, retos y movimientos*⁵⁰. Apesar do título ser abrangente, o subtítulo clarifica o conteúdo do livro: é um estudo global dos movimentos das mulheres durante os séculos XIX e XX. A área geográfica escolhida é vasta, e inclui uma quantidade de países Europeus, Latino-Americanos, Africanos, Árabes, Asiáticos, Caribenhos, Norte-Americanos e a Austrália. Os movimentos das mulheres vistos à luz de uma religião foram também examinados, neste caso os movimentos das mulheres judias americanas e britânicas desde o final do século XIX até 1930⁵¹. Concentrando-se no século XIX, Sylvia Paletschek e Bianka Pietrow-Ennker coordenaram recentemente um volume intitulado *Women's Emancipation Movements in the Nineteenth Century: A European Perspective*. Neste livro, historiadora(e)s que se especializaram em História das mulheres analisam os primeiros anos dos movimentos das mulheres em doze países europeus: Alemanha, França, Grã-Bretanha, Noruega, Países Baixos, Suécia, o Leste (Checoslováquia, Hungria, Polónia e Rússia) e Europa do Sul (Espanha e Grécia)⁵². Também focando o século XIX, *Golden Cables of Sympathy*, escrito por Margaret H. McFadden, descreve os contactos internacionais entre mulheres da Europa e América do Norte⁵³. Christine Bolt tem-se especializado, há já vários anos, em cobrir quase duzentos anos – de 1790 a 1970 – de movimentos das mulheres nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha⁵⁴.

Entre os temas chave referentes a outros “-ismos” que têm sido alvo de interesse académico numa perspectiva comparada, está a área de pesquisa sobre mulheres e fascismos. *Women, Gender, and Fascism in Europe, 1914-1945*, coordenado por Kevin Passmore destaca catorze ensaios que abrangem a Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália, e Europa Central e Oriental (Croácia, Hungria, Letónia, Polónia, Roménia, Sérvia e Jugoslávia)⁵⁵. O protagonismo das mulheres em organizações fascistas desde o princípio dos anos 1920 até ao presente, com exemplos da Alemanha, França, Grã-Bretanha e Itália, foi objecto de trabalhos de Martin Durham, enquanto Anne Cova e António Costa Pinto estudaram as mulheres no Portugal autoritário,

numa abordagem que se centra especificamente numa comparação com o fascismo italiano⁵⁶. Adoptando uma aproximação inter ou multidisciplinar, algun(ma)s investigadore(a)s concentraram-se sobre mulheres e ditaduras na Alemanha, Argentina, Chile, Espanha, Grécia, Itália, Portugal e, ou no envolvimento das mulheres em políticas conservadoras, fascistas, racistas e antidemocráticas por todo o mundo⁵⁷. As relações entre mulheres e internacionalismos/nacionalismos tem sido levada a cabo tanto por historiadora(e)s que se especializaram em História das mulheres, como por académica(o)s que adoptam uma abordagem inter ou multidisciplinar⁵⁸. Outra(o)s estudiosa(o)s focaram-se no género e imperialismos/colonialismos⁵⁹. Equacionar a questão das mulheres com os pacifismos tornou-se uma área proeminente para académica(o)s, e que resultou na publicação de vários volumes dedicados à Women's International League for Peace and Freedom e outros grupos.⁶⁰ A relação entre mulheres e socialismos no século xx capturou a atenção de um vasto leque de historiadora(e)s que examinaram a Europa de entre as duas guerras mundiais e os países de língua alemã no período após a Segunda Guerra Mundial⁶¹.

Outros desenvolvimentos que abordam “mulheres e...” têm sido estudados sob uma perspectiva comparada. Para mencionar apenas alguns, estes incluem cidadania⁶², organizações internacionais⁶³, sufrágio⁶⁴ – as campanhas para o sufrágio das mulheres foram analisadas por historiadora(e)s e académica(o)s de outras disciplinas – guerras⁶⁵, e a classe trabalhadora⁶⁶. Por vezes, obras dedicadas a um ou mais países também contêm nas suas conclusões, em que o(a)s historiadora(e)s pretendem colocar o seu estudo num contexto mais geral, observações numa perspectiva comparada⁶⁷. Como vimos atrás, a tendência comparada aumenta exponencialmente quando é adoptada uma abordagem inter ou multidisciplinar. Retomando novamente como exemplo a pesquisa sobre Estados-providência, o estudo destas estruturas assume implicitamente que a(o)s historiadora(e)s estejam a par do trabalho desenvolvido por socióloga(o)s e cientistas política(o)s que trabalham em disciplinas que têm mais tendência em adoptar uma perspectiva comparada. Na realidade, ainda antes da(o)s historiadora(e)s se terem interessado pelo debate comparado sobre as mulheres e o Estado-providência, já outras disciplinas – a sociologia e a ciência política em particular – tinham começado a trabalhar sobre o tema. Em consequência, desde os anos 80 do século xx, Jane Jenson tem levado a cabo vários estudos que comparam a França e os Estados Unidos⁶⁸. Esta última e a cientista política Mariette Sineau, editaram um livro com o evocativo título *Who Cares? Women's Work, Childcare, and Welfare State Redesign*⁶⁹. O actual Estado-providência, e o seu impacto no trabalho das mulheres numa perspectiva comparada e de género – especialmente em relação às mães – tem

sido tema de vários estudos, que comparam a sua actividade profissional em diversos países ou sublinham a importância do modelo escandinavo⁷⁰. Num livro coordenado por duas sociólogas, Arlette Gautier e Jacqueline Heinen, o desempenho dos movimentos contemporâneos feministas no âmbito do Estado-providência, é analisado em cinco países (a então Alemanha Oriental, França, Grã-Bretanha, Itália e Polónia)⁷¹. As mudanças que surgiram no que diz respeito à maternidade e aborto na Alemanha Oriental e outros países do antigo Bloco de Leste após a queda do Muro de Berlim têm sido tema de pesquisas recentes em História, Sociologia e Ciência Política⁷². A abordagem comparada inter e multidisciplinar afectou também o estudo dos movimentos sociais em geral, e dos movimentos das mulheres em particular⁷³, das mulheres e a política em geral, das mulheres e as elites em especial, das mulheres e a democratização⁷⁴.

No contexto destes numerosos estudos, este livro procura abordar alguns dos aspectos essenciais da escrita de uma História comparada das mulheres. Por forma a saber-se como se deve proceder quando se leva a cabo uma pesquisa em História comparada das mulheres, há algumas questões básicas que devem ser colocadas. Estas podem incluir: fontes; entidades de comparação; categorizações/definições/tipologias; semelhanças e diferenças; e transmissão.

A questão das fontes, que é fundamental em qualquer projecto de pesquisa histórica, por vezes revela-se mais complicada em pesquisa comparada devido à necessidade de fontes comparativas. Isto não é simples por várias razões, incluindo a heterogeneidade de fontes disponíveis e o modo como são classificados diferentes arquivos, que por vezes tornam mais difícil localizar fontes em História das mulheres simplesmente devido à inexistência de uma forma de catalogação apropriada. Contudo, como Karen Offen salienta, muitas fontes continuam por explorar. Há um consenso entre as autoras deste volume da necessidade de fontes primárias. Bonnie S. Anderson, Karen Offen e Susan Pedersen efectuaram um extensivo trabalho de arquivo. Ann Taylor Allen defende que, “É evidente que a História comparada, como toda a História digna desse nome, deve basear-se pelo menos parcialmente, em fontes primárias.” Para se fazer uma história comparada é insuficiente estudar algumas fontes secundárias, ainda que, como a autora afirma, é igualmente importante conhecer diferentes historiografias, uma vez que “sem um corpo de trabalho académico rico sobre cada nação, torna-se impossível fazer um estudo comparado. [...] Como comprovam toda(o)s a(o)s académica(o)s que se aventuram a fazer uma História comparada, a dependência na bibliografia aumenta numa proporção directa com o âmbito da sua investigação. Assim sendo, um extenso corpo de excelentes trabalhos sobre as mulheres de muitos países individuais

(embora nem de longe todos) proporciona uma base para a comparação internacional.” De facto, a comparação de historiografias deve preceder qualquer comparação histórica. A esse respeito, é importante ter ao nosso dispor monografias que assentem numa sólida pesquisa empírica. Tal como na História, também na História das mulheres: antologias, colectâneas, manuais, e o estado da arte em diferentes países, tudo isto facilita o trabalho comparativo⁷⁵. Do ponto de vista metodológico, Ann Taylor Allen sugeriu que para fundamentar algumas “questões interpretativas relevantes [...] a(o) historiador(a) pode concentrar a sua investigação das fontes primárias num conjunto restrito de questões, que podem ser aquelas que despontam mais, ou aquelas sobre as quais existe pouco material secundário. [...] É certo que tive muitas vezes que recorrer a arquivos, porque algumas das questões que abordo não foram alvo de uma investigação aprofundada em nenhum país.” Em suma, fontes primárias e o domínio de diferentes historiografias são pré-requisitos.

A questão sobre quais entidades comparar é delicada. Sendo mais frequente escolher-se o Estado-nação, podem surgir outras possibilidades como unidade de análise. A este respeito, existe todo um debate sobre a importância do Estado-nação⁷⁶. Como sublinha Ann Taylor, “os argumentos a favor da História comparada e transnacional transformam-se às vezes em polémicas contra o Estado nacional”. Susan Pedersen insiste na vantagem de se focar o Estado, “a(o)s historiadora(e)s das mulheres, como outra(o)s historiadora(e)s, estão a construir pontes e a cruzar fronteiras, a experimentar novas abordagens e a rejeitar velhos paradigmas estatistas. Mas embora isso nos tenha trazido importantes histórias novas – histórias transnacionais e pós-coloniais, histórias de como as forças globais redefiniram o género através das fronteiras nacionais – de facto preocupa-me se não nos terá também levado a subestimar até que ponto o Estado estruturou e ainda estrutura as ‘oportunidades de vida’ de mulheres e homens.”

Realizar pesquisa comparada significa ter uma ideia clara do que se está a discutir. A importância de categorizações, definições e tipologias apropriadas é crucial para que se façam comparações sólidas. Como enfatiza noutro lugar a coordenadora deste volume: “a grande vantagem destas categorizações é a de tornar as comparações possíveis, de conduzir à clarificação de conceitos, de possuir ferramentas de análise, e de revelar tendências importantes.”⁷⁷ De há muitos anos a esta parte, Karen Offen tem vindo a trabalhar com a seguinte definição histórica e abrangente de “feminista”: “As Feministas podem ser identificadas como quaisquer pessoas, mulher ou homem, cujas ideias e acções [...] respondam a três critérios: 1) que reconheçam a validade das interpretações das próprias mulheres sobre a sua experiência vivida e necessidades, e que reconheçam os valores que as

mulheres reclamam publicamente como seus [...] na apreciação do seu estatuto na sociedade face aos homens; 2) que exibam a sua consciência, desconforto, ou até revolta face à injustiça institucionalizada (ou desigualdade) em relação às mulheres enquanto grupo, pelos homens enquanto grupo, em determinada sociedade; e 3) que advoguem a eliminação dessa injustiça desafiando, mediante esforços para alterar as ideias prevalecentes e/ou as instituições e práticas sociais, o poder coercivo, a força, ou autoridade que defenda as prerrogativas masculinas nessa cultura particular. Assim, ser feminista é necessariamente ser contrário à dominação masculina na cultura e na sociedade, qualquer que seja o local geográfico ou situação histórica.” Tanto Bonnie S. Anderson como Ann Taylor Allen partilham esta definição de “feminista” nos seus ensaios. Existe actualmente um debate sobre como qualificar as estratégias adoptadas pelas feministas do passado: Karen Offen defende que apelavam simultaneamente à igualdade e à diferença – ou seja, igualdade-na-diferença; Bonnie S. Anderson fala de estratégia “amba(o)s/e”. Estudar os feminismos implica também analisar os antifeminismos. Karen Offen afirma que a “intensidade dos esforços (antifeministas) para tapar essas fissuras, para desviar ou fechar o que às vezes parecem autênticos fluxos incontroláveis de magma feminista. [...] Os surtos antifeministas também são parte da história, mas devem ser postos em perspectiva, em relação e dependência das erupções dramáticas de reivindicações feministas que desencadeiam e provocam comportamentos reactivos.”

Os capítulos deste volume que focam os feminismos concordam que não existe uma alternativa adequada ao termo feminismo. Citando Karen Offen, “existiu uma variedade de termos intimamente associados ao feminismo, como por exemplo, liberdade, igualdade, justiça, direitos, emancipação, liberação, até humanismo – mas nenhum deles parece ser tão abrangente ou convincente como este termo *feminismo*.” Bonnie S. Anderson também sustenta que o termo “feminismo” começa a ser usado apenas no final do século XIX, mas que nenhum outro termo descreve adequadamente todo o leque de crenças e convicções destas pessoas. Segundo a autora, precisamos de mais biografias para poder entender melhor os feminismos.

Ann Taylor Allen traça o perfil de uma questão que ela denomina de “‘problemas de tradução’ – problemas que sobrevêm a(o) historiador(a) que tenta comparar culturas nacionais ao mesmo tempo que atende às suas características particulares. [...] Mas sem a comparar com outras, o(a) historiador(a) não pode diferenciar aquilo que é característico de uma nação daquilo que partilha com outras.” O que Ann Taylor Allen quer dizer é que “a transposição das fronteiras nacionais ou linguísticas levanta o que eu passaria a chamar problemas de tradução: termos que à primeira vista

parecem assemelhar-se, revelam muitas vezes ser difíceis de traduzir de uma língua para outra.” Depois passa a mencionar alguns termos conceptuais, como “educação” ou “cidadania”, que resistem à tradução de inglês para alemão, e argumenta que ignorar os problemas de tradução pode conduzir a uma análise distorcida. Outro exemplo que a autora nos dá, diz respeito ao conceito de “maternidade”. Em francês, a palavra *maternité* é “polissémica, e comporta quatro significados: significa ao mesmo tempo um estado – isto é, a qualidade de mãe; uma função reprodutiva – o acto de conceber filhos e trazê-los ao mundo; um obra artística em que se representa mãe e filho; uma instituição ou serviço hospitalar onde tem lugar o nascimento.”⁷⁸ Ann Taylor Allen também faz notar que “em alemão existem duas palavras com significados bastante distintos, ambas frequentemente usadas pelas feministas durante o período de 1890-1930: *Mutterschaft*, que significa maternidade biológica, e *Mütterlichkeit* que designa as qualidades afectivas e espirituais associadas à maternidade. [...] Em inglês temos ‘motherhood’, que normalmente se refere ao papel familiar; ‘maternity’ normalmente designa os aspectos médicos da maternidade.”

Como se faz a comparação? Se qualquer projecto de pesquisa deve começar por justificar as delimitações geográfica e cronológicas, então este exercício pode ser mais complicado nos estudos comparados em virtude das dificuldades que a comparação levanta. É essencial estar muito atenta(o) à contextualização de qualquer fenómeno, quaisquer que sejam as sociedades que irão ser comparadas. Analisar as semelhanças e as diferenças é comum a todo o trabalho comparativo. Estabelecer as convergências, pontos comuns, e semelhanças que existem entre os casos sob comparação, ao mesmo tempo que se analisam diferenças, divergências, singularidades, e especificidades, leva-nos a dar mais importância a quê? Ou dito de outro modo, as diferenças são mais esclarecedoras do que as semelhanças, ou vice-versa? Segundo Heinz-Gerhard Haupt e Jürgen Kocka, “a(o)s historiadora(e)s que seguiram a via comparativa [...] tendem a interessar-se mais pelas diferenças do que pelas semelhanças dos seus casos.”⁷⁹ No seu estudo comparativo, Laura Lee Downs insiste, inclusivamente, naquilo a que chama de “caminhos distintos [...] para sugerir a forma como a cultura nacional e as diferenças nas estruturas dos Estados definiam caminhos distintos para aquilo, que em muitos aspectos importantes, era semelhante nos resultados.”⁸⁰

Todas as colaboradoras deste volume mencionam os diversos caminhos que percorreram para se tornarem historiadoras comparadas. É interessante notar que reflectem sobre as suas próprias experiências. Um dos objectivos destes “ensaios sobre ego-história” – parafraseando o título do livro sob a direcção de Pierre Nora, que inclui apenas um artigo de uma historiadora de renome, Michelle Perrot – é o de levantar a questão da importância da

transmissão⁸¹. Ann Taylor Allen refere que “os métodos comparativos não são importantes apenas para o(a) investigador(a), mas sobretudo para o(a) professor(a) da História global [...] o método comparativo ajuda-nos a ensinar e a escrever a História Global ao revelar a interacção entre as tendências gerais e os casos particulares.” Karen Offen argumenta querer “salientar a importância desta História, não como mero objecto académico, mas o que é mais, como um legado para a(o)s jovens de hoje.” A ideia é de “a transmitir às gerações futuras.” Todas as autoras afirmam esta necessidade. Não é necessário, segundo Karen Offen, estar constantemente a reinventar a roda.

Examinando as vantagens, benefícios, e recompensas, e confrontando-os com as inconveniências, dificuldades e problemas de escrever a História comparada das mulheres, este volume demonstra que, quando lidamos com casos comparativos, colocamos questões diferentes, e muitas vezes novas, que não surgiriam em casos de estudo únicos. Isto é verdade sobretudo no que respeita à História das mulheres que tem conseguido, desde o seu aparecimento, tornar visível o invisível⁸². Como sustenta Ann Taylor Allen, “A análise comparada não tem pois que desencorajar uma contextualização enriquecedora ou fazer um ‘achatamento’ das peculiaridades nacionais ou locais. Pelo contrário, as comparações lançam luz sobre as diferenças nacionais. [...] a análise comparada esclarece tanto a dimensão global como a dimensão local da História.” Adoptar uma abordagem comparativa também ajuda a distinguir o essencial do incidental através de uma variedade de casos que nos permitem compreender a problemática global. Esta síntese requer uma visão abrangente: é necessário, segundo Bonnie S. Anderson, ver “a floresta” em vez de apenas “as árvores”. E continua, “Fazer trabalho de síntese implica esbater as diferenças sem chegar ao ponto, espera-se, de distorcer a realidade. [...] À medida que o nosso mundo encolhe, tanto na sua existência real como na escrita histórica, será exigido de nós a realização de mais trabalho de síntese e de comparação.” Para Susan Pedersen, a história comparada é “um controlo útil numa era de globalização” e temos muito a ganhar no campo teórico e intelectual. O prazer intelectual que se retira da compreensão de um assunto no seu contexto mais vasto, não deve ser subestimado. Bonnie S. Anderson também enfatiza este aspecto positivo quando afirma: “Quanto mais investigava, mais eram os contactos internacionais que descobria. [...] a História comparada vale bem o esforço. Sem ela, nunca descobriríamos as semelhanças e as diferenças que são essenciais para saber se iremos viver toda(o)s junta(o)s em harmonia e de forma produtiva neste próximo século.”

Para estas autoras, as dificuldades de realizar uma história comparada, são tanto práticas como teóricas. Susan Pedersen refere alguns obstáculos práticos bem reais (visitar arquivos diferentes consome bastante tempo).

Também não é fácil entender as sutilezas de cada língua. Ann Taylor Allen acredita que, “independentemente das vantagens da História comparada e transnacional, a sua escrita apresenta contudo muitos problemas. Alguns deles são problemas práticos: são poucos a(o)s historiadora(e)s com conhecimentos suficientes para trabalhar com fontes primárias em várias línguas, e os arquivos são irritantemente inconsistentes – um assunto que encontramos bem documentado num país pode estar completamente ausente dos arquivos de outro.” Passa depois a delinear alguns dos mais importantes problemas teóricos que a(o)s historiadora(e)s comparativos têm muitas vezes que ultrapassar: “É frequente a(o)s historiadora(e)s queixarem-se de que analisar os acontecimentos e processos históricos de forma comparada ou transnacional é ‘achatá-los’ ou homogeneizá-los, ignorando as sutilezas e *nuanças* que são específicas de determinada época, lugar e cultura. Aquilo que é único, segundo ela(e)s, resiste à comparação. [...] Para se evitarem estes constrangimentos corre-se o perigo de depender quase exclusivamente de fontes secundárias.” Susan Pedersen menciona os problemas decorrentes da incapacidade de alcançar uma compreensão tão profunda de outra cultura. Estará este problema implicitamente relacionado com a questão do número de países que se devem escolher. Bonnie S. Anderson sustenta que, “É difícil ter todas as variáveis presentes tanto na mente de quem escreve, como na de quem lê.” Ao investigar os feminismos, a categorização tem a sua própria limitação inerente: “o perigo de mascarar a diversidade e riqueza dos feminismos, de esconder as especificidades de diferentes países, de neutralizar a diversidade de posições adoptadas no âmbito dos movimentos feministas, de anular os extremos tendo em conta apenas o que é considerado representativo, e de incluir grupos que não são feministas. A classificação implica limitações inerentes tais como o risco de uma utilização excessivamente dualista das ideias em jogo.”⁸³ A(o) historiador(a) comparativo é confrontado(a) com o perigo de não ter em consideração todas as *nuanças*, e de fazer generalizações abusivas. O acto de comparar pode esbater o contexto nacional e a singularidade, aos quais a(o)s historiadora(e)s são sensíveis. Mas, como nota Ann Taylor Allen, sem a comparação não é possível ver aquilo que é distinto. Estudar muitos países diferentes levanta o problema da imprecisão, e o estudo pode tornar-se cada vez mais alargado sem necessariamente ser comparativo. Para além disso, se a investigação se torna muito ampla, existe o problema permanente das fontes primárias: mais casos, menos fontes, e uma quase exclusiva dependência na bibliografia. Como claramente afirmam Heinz-Gerhard Haupt e Jürgen Kocka, a comparação requer selecção e abstracção⁸⁴. De todas as críticas feitas contra a História comparada, pode dizer-se que o(a) historiador(a) que se concentra apenas num só país consegue for-

necer explicações melhores examinando múltiplos factores internos, enquanto a(o)s historiadora(e)s comparativa(o)s produzem interpretações mono ou bicausais⁸⁵. Contudo, isto pode ser evitado se o(a) historiador(a) comparativo(a) permanecer atento(a).

Esta avaliação dos custos e benefícios tenta demonstrar que efectuar pesquisa em História comparada de mulheres é recompensador, podendo enriquecer a nossa compreensão do passado e dar-nos uma explicação mais completa e um melhor conhecimento da nossa própria sociedade. Se na verdade a pesquisa comparada exige que a(o) académica(o) esteja atenta(o), também se verifica que a pesquisa comparada rigorosa contribui para reavaliar e rescrever a história numa perspectiva mais abrangente. O objectivo deste livro é demonstrar o potencial da História comparada das mulheres analisando os seus feitos passados e as suas perspectivas futuras. Este volume procura estimular o debate sobre como escrever uma História comparada das mulheres, e clarificar as questões que esse objectivo envolve, reunindo especialistas cujos trabalhos fornecem importantes reflexões e sugerem novas abordagens.